

Política econômica e imaginação

Econ. Brasil

Não nos parece que as propostas apresentadas pelo senador Roberto de Oliveira Campos relativas à forma de pagamento do 13º salário possam contribuir para a solução dos problemas econômicos que o País ora enfrenta. Aliás, dada a gravidade desses problemas, dir-se-ia que tais propostas estariam fora da realidade. Não obstante, consideramos que, em sua atividade parlamentar, o ex-ministro do Planejamento mostra que, com um pouco de imaginação, bom senso e, naturalmente, numa perspectiva menos imediatista, é possível resolver muitos dos problemas pendentes. Por meio de pequenos retoques, como o proposto por ele, podem ser obtidos bons resultados. Para isso, é preciso apenas seguir à risca uma linha de pensamento coerente.

O senador Roberto Campos não está propondo nada de revolucionário, mas, com imaginação, propôs um sistema que favorece ao mesmo tempo os assalariados, as empresas e a economia nacional, que necessita grandemente de recursos para investi-

timentos. Segundo a praxe vigente, o 13º salário, que na realidade constitui um meio de contrabalançar os nefastos efeitos da inflação, é pago em duas parcelas: uma, no momento em que o empregado entra em férias, a outra, no final do ano. Ora, a concentração do pagamento do 13º salário no final do ano acarreta sempre, para as empresas, ônus muito pesado, que, com as atuais restrições do crédito, por vezes se torna dramático.

O senador Roberto Campos não propõe a extinção do 13º salário. Até deixa claro que alguns poderiam manter o sistema atual. Sugere, porém, outra opção, que seria bastante vantajosa para todos: que a cada mês se depositasse em caderneta de poupança a duodécima parte do 13º salário. Os assalariados poderiam sacar das cadernetas a metade de seu 13º salário no momento de entrar em gozo de férias e sacar o restante no final do ano. Não há dúvida, porém, que receberiam uma quantia maior, uma vez que seriam beneficiados com correção monetária e juros.

Esse sistema seria vantajoso para as empresas, que poderiam distribuir melhor, ao longo do ano, o ônus financeiro que representa esse suplemento de salário. Seria vantajoso também para a economia nacional, pois os depósitos em caderneta de poupança ampliariam a poupança disponível. Com isso, haveria condições de reativar o setor da construção civil, que se acha em crise, principalmente devido à escassez de financiamentos. Além disso, o "sistema do duodécimo" teria a vantagem de aumentar a arrecadação do FGTS (calculado sobre o salário pago), e isto seria proveitoso tanto para o sistema habitacional como para os empregados.

Poder-se-ia pensar também, certamente, na incorporação do 13º salário ao salário mensal, mas a única vantagem, nesse caso, seria deixar maior soma de recursos disponíveis. Não se fomentaria, com isso, a constituição de poupança compulsória, tão necessária nesta fase da crise econômica nacional.

Como dizíamos acima, não cremos que a proposta do ex-ministro do Planejamento possa surtir efeitos milagrosos. Não obstante, ela mostra, muito bem, que se poderia fazer boa coisa usando a imaginação para aprimorar a política econômica. O sistema proposto pelo senador Roberto Campos nada tira aos assalariados; ao contrário, permite aumentar-lhes os rendimentos. Não onera as empresas, mas, ao contrário, reduz seus gastos financeiros. E ainda favorece a constituição de uma poupança suplementar, que tem destinação imediata e concorre para a criação de novos empregos.

O projeto em questão inspira-se na idéia de se dar prioridade à poupança para aumentar a renda pessoal. Certamente, à luz desta idéia, e fazendo uso da imaginação, é possível descobrir novos mecanismos que produzam efeitos análogos. O senador Roberto Campos mostra como deveriam conduzir-se os membros do Congresso: criticar é um direito, mas sugerir soluções é um dever.